

A expansão da agenda deliberativa, poder e populismo

*The expansion of the
deliberative agenda, power
and populism*

REVISTA
com **política**

revista compolítica

2021, vol. 11(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2021.11.1.468

 Open Access Journal

Entrevista com Nicole Curato

Interview with Nicole Curato

Filipe Mendes Motta

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
[Federal University of Minas Gerais]

Entrevista com Nicole Curato: A expansão da agenda deliberativa, poder e populismo

Filipe Mendes MOTTA

Nicole Curato é professora associada no *Centre for Deliberative Democracy and Global Governance*, na Universidade de Camberra, na Austrália. Nos últimos anos, fez numerosas contribuições teóricas e empíricas para a pesquisa deliberativa, publicando os livros *Power in Deliberative Democracy* (Curato; Hammond; Min, 2019) e *Democracy in a Time of Misery* (Curato, 2019), uma extensa etnografia sobre como a vida pública foi reconstruída na sequência de um tufão mortal nas Filipinas. Curato também tem colaborado para as discussões sobre populismo e democracia, especialmente a partir de análises sobre a atuação do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte (Curato, 2016, 2017a, 2017b). Ela é a atual editora do *Journal of Deliberative Democracy* (antigo *Journal of Public Deliberation*) e atua como socióloga residente da CNN Filipinas. Curato é ainda a fundadora da *Deliberative Democracy Summer School*, que busca promover intercâmbios intelectuais entre estudantes de doutorado e os principais estudiosos da democracia deliberativa no mundo.

Nesta conversa, Nicole Curato discute sobre os últimos avanços nos estudos sobre democracia deliberativa, incluindo a ampliação da diversidade de questões abordadas por esse campo de pesquisa, as relações entre poder e deliberação, a intensificação de experimentos deliberativos com minipúblicos e a importância de abordagens etnográficas para a pesquisa democrática.

A entrevista foi realizada na primeira semana de junho de 2020, no *Centre for Deliberative Democracy and Global Governance*, onde Curato trabalha com outros pesquisadores importantes para o campo, como John Dryzek, fundador e diretor do centro de pesquisa, Selen Ercan e Simon Niemeyer.

O que despertou o seu interesse pela teoria deliberativa?

Tive o meu primeiro contato com a democracia deliberativa quando era estudante de doutorado. Minha proposta de pesquisa envolvia a distinção entre ação comunicativa e ação estratégica em Habermas. Meu caso empírico, e talvez você ache isso surpreendente, era sobre golpes militares, que são acontecimentos familiares tanto no sudeste asiático quanto na América Latina. Estava curiosa sobre as formas pelas quais os golpes militares são justificados. Olhava para esse fenômeno através das lentes da ação estratégica e da ação comunicativa, observando como as linhas entre ambas são sobrepostas. Os golpes militares obviamente têm um elemento coercitivo, mas uma grande parte deles também é persuasiva. Oficiais militares explicam as suas queixas ao público, sua justificativa para querer assumir o governo, e muitas vezes essas justificativas usam a linguagem democrática. Achei curioso. Isso me desafiou a pensar sobre a relação entre ameaças de violência e democracia, coerção e justificação, e o fascínio da ideia de que homens fardados poderiam salvar a nação de oficiais civis corruptos. Minha dissertação de mestrado foi sobre o golpe militar fracassado de Hugo Chávez na Venezuela, sobre como isso criou esperança para muitas pessoas excluídas e abriu discussões sobre formas alternativas de organizar a política e a sociedade venezuelana. Essa era a inspiração.

Eu não tinha ideia do que era a democracia deliberativa naquela época, por volta de 2007. Eu não era formalmente treinada em teoria política. Toda a minha formação é em Sociologia, então “os cânones” para mim são Durkheim, Marx e Weber, não Hobbes, Locke e Rousseau. A minha entrada na democracia deliberativa foi incidental. Foi minha leitura sociológica de Habermas, mais o empurrão do meu orientador para olhar os golpes militares a partir da lente da democracia deliberativa. E tudo meio que aconteceu desde então.

E você visitou o Centro durante o seu doutorado?

Sim, eu estava escrevendo as partes teóricas da tese e fiquei no *Centro*. Ainda estávamos na ANU [*Australian National University*]. Fiquei por três meses pensando em como teorizar o papel da intervenção militar na amplificação de determinadas vozes, enquanto

usava a força para fazê-lo. Também tentei me localizar na discussão sobre sistema deliberativo. Naquela época, por volta de 2009, a "guinada sistêmica" da democracia deliberativa ainda não havia acontecido. O livro de John Parkinson e Jane Mansbridge (2012) sobre sistemas deliberativos nem sequer havia sido lançado, mas já havia algumas discussões sobre sequenciamento de momentos deliberativos. Bob Goodin (2005) tem um artigo sobre isso, e escrevi um semelhante (Curato, 2012), usando o argumento de que nem todas as exigências de deliberação podem ser alcançadas de uma só vez. Temos que entender a sequência de argumentação e ver quais virtudes [deliberativas] são necessárias para cada momento. Isso foi o que tirei de mais importante da minha visita ao *Centro*, aperfeiçoando o aspecto teórico de um projeto empírico.

A próxima pergunta está relacionada ao debate sistêmico no campo deliberativo. Nos últimos anos, pesquisadores como Warren (2017) e Dryzek (2017) sugeriram haver acomodação na pesquisa deliberativa após a "guinada sistêmica". Como solução, Warren clama por uma abertura para outras formas de se pensar política e uma abordagem orientada por problemas [problem oriented]. Dryzek defendeu a retomada de conceitos como a esfera pública e o desenvolvimento de uma ideia de regime deliberativo [deliberative polity]. Você concorda com a crítica de que houve acomodação após a "consolidação" da abordagem sistêmica? E os muitos trabalhos sobre deliberação que surgiram nos últimos dois anos – como o seu (com Min e Hammond) sobre poder, ou de Parkinson e Bächtiger (2019), sobre novas formas de mapeamento e mensuração da deliberação – dão respostas a essas posições, apontando novos caminhos para a corrente?

Penso que, pelo meu engajamento nos debates teóricos que você mencionou, tomo-as [as críticas de Warren e Dryzek como inspirações ou provocações, não necessariamente como um *framework* que precisa ser defendido ou promovido. John Dryzek não gostaria que sua abordagem de sistemas deliberativos fosse considerada um *framework*, ele a vê como uma abordagem, uma maneira de ver as coisas. Eu gosto desta orientação diante da teoria. Para mim, as teorias desafiam a analisar os desenvolvimentos empíricos de uma

certa forma, mas não há um compromisso de apenas ver o mundo da maneira como elas o colocam. Por exemplo, temos problemas que queremos entender, como os desastres envolvendo mineração no seu caso [a ruptura de barragens de rejeito em Minas Gerais] ou tufões ou conflitos armados, no meu contexto [Filipinas]. São questões complexas. Não há uma maneira única de analisá-las, mas precisamos de lentes que nos ajudem a dar sentido a estes acontecimentos. Então, quando você fala sobre a acomodação na democracia deliberativa – “abrimos tanto a teoria que a democracia deliberativa perdeu o seu significado?” – dado o trabalho que faço, não fico preocupada com isso. Certo, podemos debater os limites do que conta como deliberação, o que conta enquanto sistema deliberativo. A precisão conceitual é importante. Mas para quê? Acho que, para o meu trabalho, a precisão conceitual é importante porque ela dá um vocabulário para entender o que está acontecendo. Por exemplo: na minha pesquisa sobre governança pós-desastre, a linguagem da deliberação torna-se importante quando tento entender por que as vozes das comunidades marginalizadas são excluídas. E posso identificar espaços onde a deliberação acontece através de uma estrutura sistêmica: há o espaço empoderado, o espaço público e os espaços informais. Tetsuki Tamura (2014) fala também da esfera íntima, a esfera da família e da amizade onde a deliberação ocorre. Como etnógrafa, estender o sistema deliberativo à categoria do cotidiano é importante, portanto, o trabalho de Tetsuki me dá um vocabulário para dar sentido às minhas observações. Tudo isso é importante. Mas eu também olho para os movimentos sociais. Eu também olho para as interrupções sobre os processos comunicativos. Se eu vou para o campo pensando em "ah, mas isso não é mais deliberativo" ou "você está fazendo estiramento conceitual [*concept stretching*]", essas coisas limitam a minha investigação empírica. Portanto, enquanto uma cientista social empiricamente orientada, penso que estes debates são importantes, mas não devem restringir a criatividade na pesquisa de campo.

Neste sentido, temos visto um aumento na produção e publicação de trabalhos empíricos sobre sistemas deliberativos que ajudam a entender estas questões.

Sim, você está certo ao apontar que existem muitos novos estudos que utilizam uma abordagem sistêmica. Há um livro lançado recentemente analisando os discursos LGBT nos Estados Unidos usando uma abordagem sistêmica (Barvosa, 2018). Uma das ex-estudantes de doutorado que visitaram o Centro, atualmente nossa pesquisadora associada, Lucy Parry, analisou os discursos da defesa dos direitos dos animais a partir de uma perspectiva sistêmica (Parry, 2017). Há muito trabalho em andamento nessa direção. Um bom conselho que eu poderia dar é que, se você está procurando uma abordagem que lhe diga exatamente como estudar o mundo, a abordagem sistêmica não é ela. Ela é estrategicamente vaga. Mas eu acho que a ambiguidade na abordagem permite que os estudiosos sejam criativos. Ela não lhe diz onde procurar deliberação. Não diz a você onde encontrar a tomada de decisões, porque ela pode acontecer de muitas maneiras diferentes. Isto é o que é empolgante com essa literatura, porque ela permite nos surpreender ao encontrar de onde vêm os discursos, em vez de ser prescritiva em termos de dizer "você tem que estudar a mídia, você tem que estudar o parlamento, você tem que estudar a formulação de políticas para entender a deliberação". Não creio que a abordagem sistêmica exija que os estudiosos façam isso. Ela pode ser aplicada em muitos contextos diferentes.

Além da discussão sistêmica, questões envolvendo os corpos dos participantes, como em Asenbaum (2018), o papel da retórica (Roberts-Miller, 2017) e o papel das emoções (Neblo, 2020; Curato, 2019; Maia e Hauber, 2019) foram levantadas em pesquisas recentes em democracia deliberativa. Você acredita que passamos por uma nova guinada, pós-sistêmica? Ou estamos em um caminho onde temos várias agendas complementares?

Penso que essa abertura para se envolver com diferentes campos de pesquisa é um dos pontos fortes e, possivelmente, fracos da teoria deliberativa. Por exemplo, você mencionou a pesquisa sobre o corpo em deliberação. Essa é uma forma muito interessante

de engajar-se com a literatura sobre estudos *queer*, que fala sobre o caráter corporificado da política, sobre como nossos corpos podem ser perturbadores. É importante que a democracia deliberativa se engaje nessa agenda, porque todos nós sabemos que comunicação também é comunicação não-verbal. A questão é que nossas metodologias não nos permitiam estudar a comunicação não-verbal antes, porque estávamos focados no aspecto linguageiro da comunicação. Essa é uma força da teoria [deliberativa]: reconhecer seus pontos cegos no passado e estar mais envolvida com os diferentes campos de pesquisa – quer estejamos falando de teoria *queer* ou estudos de mídia, quando falamos sobre a performatividade da deliberação. Estes são desenvolvimentos importantes.

A fraqueza é o que discutimos anteriormente. Se existem mesmo limites para o estudo da democracia deliberativa. “Existe algum tema que não seja mais coberto pela democracia deliberativa?”. Mas, eu não acho que isso seja uma crítica justa. Se pensarmos em pesquisas sobre movimentos sociais e manifestações, os limites de um protesto também são sempre questionados. A definição de um movimento social é sempre questionada. Portanto, não acho que a democracia deliberativa seja única nesse sentido. E, se pensarmos nesses campos, eles são aqueles mais envolventes, mais emocionantes e dinâmicos nos estudos sobre política neste momento.

Um de seus interesses de pesquisa é o populismo e os novos líderes autoritários. O crescimento da teoria deliberativa, da pesquisa empírica em deliberação foi fruto de um espírito de tempo, de uma aparente estabilidade dos Estados liberais dos anos 1990 aos anos 2000 que está ameaçada? E de suas experiências, observando o caso de Duterte, nas Filipinas, e outras experiências populistas, até que ponto a deliberação contribui para a compreensão do contexto atual?

Sim, [é comum ouvir] que a abordagem da democracia deliberativa floresceu porque havia estabilidade nas democracias liberais. Mas a questão era o desengajamento do cidadão. A governança foi terceirizada para os tecnocratas, e as pessoas se sentiam desconectadas dos *experts* e dos políticos. Os democratas deliberativos construíram um

argumento para revigorar a democracia. E, de repente, a ascensão de líderes populistas perturbou a estabilidade aparentemente frágil da democracia liberal. A questão para os democratas deliberativos não seria mais aprofundar a democracia, mas defender a democracia do populismo. Mas como alguém que estuda o Sul global, eu diria que essa não é uma boa maneira de enquadrar a corrente deliberativa. Sabemos de casos de países como Índia e China, ou mesmo das Filipinas, onde, apesar do histórico irregular de democratização, políticas deliberativas também existem, mesmo que estas não sejam "democracias liberais avançadas". Precisamos recuar dessa narrativa de que a democracia deliberativa como campo de estudo floresceu nas democracias liberais ocidentais. Temos que celebrar a diversidade das políticas deliberativas que ocorrem em diferentes contextos, o que talvez esteja acontecendo há muito tempo, mas sem utilizar o rótulo de democracia deliberativa. Nosso campo poderia se beneficiar de uma historiografia crítica nesse sentido.

Refletindo sobre a sua pergunta em termos de democracia deliberativa e populismo, o meu pensamento sobre a questão evoluiu a partir de 2016, quando estive nas Filipinas fazendo trabalho de campo durante as eleições, quando o nosso presidente Rodrigo Duterte foi eleito. E ele, claro, é um homem controverso, sua promessa de campanha era literalmente matar todos os usuários de drogas. É muito iliberal, muito misógino – tenho certeza que se pode estabelecer um paralelo com o Brasil. E essa foi também a época em que o Brexit aconteceu e Donald Trump foi eleito. O argumento nos círculos sociológicos daquela época era "temos que entender as histórias profundas dos eleitores populistas". Esse foi o argumento de Arlie Hochschild (2016), quando ela discorreu sobre os eleitores de Trump, ligando-os ao seu estudo sobre os apoiadores do *Tea Party*. E eu entendo isso. Uma grande parte da política deliberativa é sobre escuta atenta, ouvindo os argumentos que não são óbvios, mas que são mais emocionais, mais viscerais. Acho que há validade no argumento dos partidários populistas, mesmo que os argumentos que eles apresentem sejam iliberais, porque é exatamente isso que a eleição dos líderes populistas nos diz: há vezes que nós simplesmente não ouvimos por muito tempo.

Mas agora estamos em 2020. Acho que este argumento não funciona por si só. Não basta dizer "sim, temos que entender os partidários de Trump", "sim, temos que entender os

partidários de Duterte". Esses caras já estão no poder há tanto tempo! Para Duterte é metade do seu mandato e Trump está sujeito à reeleição. Portanto, temos que mudar a discussão do "vamos entender o que eles estão tentando dizer" – agora entendemos o que eles estão tentando dizer – para "vamos responsabilizá-los pelos argumentos que eles apresentam". Agora é hora de contestar esses argumentos de tal forma que possa haver uma defesa dos valores em que acreditamos. É aqui que devemos estar quando se trata de literatura deliberativa ou da pesquisa deliberativa: tentando entender as formas pelas quais podemos contestar ideias políticas e esclarecer as preferências. Agora que as ideias que eu detesto têm tração e estão no centro do palco político, elas não são mais ideias marginalizadas. Essas ideias agora têm poder. Então, como podemos levar essas ideias potentes em conta, mas contestá-las. De maneiras que não sejam necessariamente deliberativas? Acho que é aí que está o debate. Podemos pensar em todos os tipos de exemplos: você combate o iliberalismo com estratégias que também tenham marcas do iliberalismo? Nós combateremos os exércitos de trolls, que estão perpetuando o ódio e a falsificação de notícias, formando os nossos próprios exércitos de trolls, perpetuando valores liberais? Esse é um debate em desenvolvimento e uma questão muito em aberto.

Falando sobre poder e deliberação, ainda hoje é muito comum que deliberacionistas brasileiros ouçam críticas de que a deliberação é consensual e não trate ou dê conta de relações de poder. Voltando às discussões em seu livro com Min e Hammond, como o próprio título da obra explicita, ele propõe um exercício de articulação de poder e deliberação de forma mais explícita, em diálogo com o conceito de poder noumenal de Rainer Forst. Até que ponto existe um mal-entendido na leitura desta relação entre poder e deliberação por parte de pesquisadores de outros campos, e até que ponto isso é fruto das próprias formulações feitas pelos deliberacionistas?

Há uma nota de rodapé em meu livro, talvez seja um agradecimento, sobre uma de minhas colegas da Argentina, Maria Esperanza Casulo, que fez seu doutorado em democracia deliberativa e desenvolve estudos sobre populismo. Ela me disse que não se sente confortável com a deliberação, porque ela quer entender como se dá a tomada de poder.

E eu pensei, sim, isso é justo, especialmente se você quer ver a política da perspectiva de tomada de poder, de remodelar as sociedades atuando em um partido político no poder e que seja capaz de implementar reformas. Isso é justo, e não nego a importância da *realpolitik* quando se trata de transformar as democracias. Minha compreensão da democracia é que ela é uma forma de redistribuir o poder. Haverá diferenças na maneira como o poder é exercido, do mesmo modo que parlamentos têm um poder diferente em comparação com o judiciário – eles são iguais, mas não são os mesmos. Se buscamos usar esse entendimento de democracia enquanto forma de redistribuição do poder, a democracia deliberativa tem muito a dizer. Estamos redistribuindo poder comunicativo. E a razão pela qual existem algumas políticas opressivas, e pela qual existem algumas políticas que são contra os pobres e os vulneráveis é porque a voz ou o poder da vocalização está concentrado nas mãos da mídia corporativa, concentrado nas mãos de um Estado forte – isso em si é um problema – e não acho que seja uma questão leve [*a fluffy problem*]. Eu não acho que seja “apenas um problema de comunicação”, porque é por meio da comunicação que nos informamos, e desenvolvemos uma visão do que molda o mundo. Isto é o que a democracia deliberativa pode oferecer. “Quem não tem voz nesta situação e como podemos redistribuir essa voz para aquelas pessoas que precisam fazer parte dessas discussões?”. Não creio que a democracia deliberativa não tenha um conceito de poder ou seja avessa ao conceito de poder. No coração da teoria está a ideia de redistribuição do poder comunicativo que reside nos atores democráticos.

Sua resposta está relacionada à minha próxima pergunta. A crítica do que foi visto como um foco excessivo da democracia deliberativa em minipúblicos e outras inovações democráticas, feita principalmente por Chambers (2009), de certa forma, contribuiu para o fortalecimento das discussões sobre sistemas deliberativos na última década. Mas agora, a discussão e a prática sobre inovações democráticas estão se tornando muito fortes novamente, como os casos das experiências dos minipúblicos belgas e as Citizen Assemblies [Assembleias de Cidadãos] irlandesas. As práticas e reflexões sobre essas inovações democráticas mudaram depois

dessas críticas? E essas inovações podem ampliar a dimensão crítica da prática democrática?

Isso também tem me incomodado muito. Na Europa, dizem que agora vivemos a temporada dos minipúblicos, ou a temporada das *citizens assemblies*, em particular. Graham Smith¹ chama de "o sabor do mês" [*the flavour of the month*], ou talvez do ano. É possível que quando as pessoas pensam em democracia deliberativa, pensam em minipúblicos – o que, obviamente, não é necessariamente o caso. Mas para ser sincera, também tenho passado muito tempo com a comunidade de implementadores de minipúblicos [*practitioners*] e não acho que essa seja uma crítica justa. Mesmo que haja muita promoção ou avanço na convocação de minipúblicos [na Europa], pela forma como observo muitos dos seus implementadores e muitos formuladores de políticas que os convocam, eles têm um claro desejo de ver esses instrumentos como uma das muitas reformas que a democracia deveria empreender. Não creio que sejam casos de convocação de minipúblicos apenas por convocar. Há um entendimento de que os minipúblicos devem moldar ou ter influência na maneira como a sociedade pensa sobre as questões neles envolvidas. Os debates sobre se "os minipúblicos deveriam ter poderes de decisão vinculativos?" ou "deveriam ter um papel consultivo" ou "deveriam ser verdadeiros representantes de como as pessoas pensam" não são apenas debates dos círculos acadêmicos. Estas são questões presentes entre os próprios *practitioners*.

O que precisa ser melhor compreendida, no entanto, é a relação dos minipúblicos com a política radical. Esta é uma visão que me veio em um *workshop* sobre estudos comparativos sobre o populismo que realmente me inspirou. Em um painel de discussões sobre a política brasileira, perguntei o que aconteceu com os projetos de orçamento participativo sob o regime bolsonarista. "Estes projetos participativos não têm um legado na democratização da governança local?" A resposta do painelistas foi "você sabe o que realmente mudou o poder político dos brasileiros? Não foi o orçamento participativo. Foi o salário mínimo". É o fato de as pessoas terem dinheiro suficiente para decidirem como querem as coisas que valorizam, certo? Isso me fez pensar. Talvez seja isso que esteja faltando na discussão neste momento. A redistribuição de voz é importante, mas

¹ Pesquisador de inovações democráticas, como minipúblicos e outras práticas participativas.

deveríamos ter também um posicionamento mais forte e mais radical sobre a redistribuição dos recursos materiais. Essas duas coisas andam de mãos dadas. Sinto que o argumento da economia política da democracia deliberativa é um nicho entre os profissionais do desenvolvimento. Estou falando de pessoas como Vijayendra Rao e Paromita Sanyal (2019), que estudaram os *Graham Sabhas* na Índia, onde fóruns deliberativos são usados como ferramentas de desenvolvimento. Existem ferramentas de desenvolvimento em escala local, mas como isso melhora as coisas em escala política de forma substantiva? Esta é a pergunta que ainda está sem resposta na literatura deliberativa. Essa é a minha opinião sobre os minipúblicos: são bons em termos de redistribuição de voz, mas precisam de uma contrapartida mais radical quando se trata de redistribuição de recursos. Como fazer isso? Eu não sei. Será que precisamos de um novo Partido dos Trabalhadores, necessitamos de alternativas socialistas mais radicais? Não sei, mas essa conversa tem que acontecer.

Falando do seu livro sobre catástrofes e democracia, uma de suas contribuições é a discussão sobre como os cidadãos reagem às catástrofes e se colocam politicamente em relação a elas – diferentes públicos são desenvolvidos em diferentes contextos. Neste cenário do coronavírus, é possível ver estes diferentes padrões serem desenvolvidos ao redor do mundo?

Essa é uma boa pergunta. A principal questão do livro é que, antes de termos uma deliberação pública, temos que entender primeiro quem é o público. Não é uma questão dada que quando há um problema, há um público que reage. Não, criar um público requer trabalho democrático, trata-se de imaginar as pessoas que sofrem com você, para construir uma reivindicação política. O que o livro está dizendo é que um público contestatário não surge do nada, ele exige que os organizadores de base recrutem pessoas para se juntar a um movimento de protesto para contestar, reivindicar uma política pública. Ter um público colaborativo depende da presença de líderes comunitários que sejam capazes de convencer as comunidades mais pobres a tomar parte na deliberação e colaborar com o Estado. Isso não é fácil! Pessoas tomam decisões marcadas pela agência, num contexto cotidiano, para conseguir criar um público. O contexto do coronavírus é um pouco mais

difícil, porque muda o cenário de como nos relacionamos uns com os outros. Fisicamente. Estarmos juntos é parte muito importante da prática democrática. É por isso que eu acho inevitável que protestos nos EUA² ou em outras partes do mundo estejam acontecendo, mesmo que haja uma ameaça de um vírus, porque o número de pessoas lá fora juntas, a sensação que se tem dessa multidão, é muito importante – aquela emoção para manter essas manifestações em andamento.

Mas eu me preocupo, é claro, que o coronavírus possa ter que mudar a maneira como conceituamos os públicos. Nas Filipinas, por exemplo, quando observo as respostas ao coronavírus, há apenas dois públicos que vejo. Um é o público humanitário, que é um tipo de público que diz "ok, há uma capacidade estatal muito fraca em termos de testes em massa, há uma capacidade estatal fraca no cuidado da saúde das pessoas. Portanto, vamos apenas ajudar uns aos outros". E a linguagem aqui é de filantropia, de ajuda mútua, apenas de uns ajudando aos outros. Mas é muito despolitizada em termos das narrativas – "estamos todos juntos nisto". É muito despolitizada e muito calmante – algo que é até importante se você estiver sob estresse e sob crise. As narrativas calmantes são importantes, mas isso não responde à pergunta de "como chegamos aqui? Por que as Filipinas não achataram a curva após o *lockdown* mais longo e mais rigoroso do mundo?" Essa é uma pergunta política. Outro público que surgiu é aquele que contestou as autoridades. É o tipo de público que exige responsabilidade estatal, que interroga o presidente e seus ministros – basicamente: "por que eles são tão incompetentes?" Mas penso que o desafio adicional – e os EUA e potencialmente o Brasil também podem se relacionar com isso – é que tudo está acontecendo não apenas no contexto de uma pandemia, mas no contexto de um Estado cada vez mais iliberal. As ações já são limitadas por causa do distanciamento social. Mas as ações são ainda mais limitadas porque, se você criticar Duterte nas mídias sociais, você pode ser preso de fato. E estas são ameaças graves. Nesse contexto, o espaço para a política está diminuindo muito em termos da criação desse público contestatário. Mas uma lição que aprendi de um historiador da política filipina é que cada vez que o poder se concentra no centro, a resistência cresce

² Série de protestos organizados pela defesa de direitos da população negra nos EUA, após o assassinato de George Floyd por um policial, no estado de Mineápolis, em maio de 2020.

nas margens. É por isso que eu estou esperando. Que tipo de resistência vai crescer nas margens, dada a limitação de espaço de nossa prática democrática?

Para entender estas coisas, é preciso prestar atenção no contexto. Em seu livro você enfatiza a importância de observar a micropolítica, as interações cotidianas. E você só consegue isso com trabalho etnográfico, estando perto das pessoas e passando muito tempo fazendo trabalho de campo. Às vezes, a ciência política mainstream, ou a ciência social mainstream, não entende como estas abordagens interpretativas podem contribuir. Você ainda observa o que seria um preconceito contra estas abordagens metodológicas? Em que medida este preconceito ameaça o desenvolvimento da pesquisa democrática?

Quando defendo uma abordagem etnográfica da pesquisa política, não há a intenção de desconsiderar outras tradições de pesquisa. Obviamente, precisamos de grandes análises de dados. Obviamente, precisamos de filosofia política e modelos formais de análise. Entendo que estes caminhos são importantes. Mas o importante sobre a contribuição da etnografia para a teoria é que ela nos desafia a dar uma segunda olhada em nossas suposições tidas como certas. Por exemplo, e talvez isso seja óbvio para muitas pessoas: antes de entrar em campo, não era óbvio para mim como os parafusos e as arruelas da prática democrática exigem tanto esforço da parte dos cidadãos comuns. Por exemplo – e tenho certeza de que esta pergunta também lhe é feita: "Por que as pessoas ainda não estão destituindo Duterte?". "Por que as pessoas não estão nas ruas, exigindo a demissão de um homem que literalmente pediu o genocídio de usuários de drogas?". Mas eu posso fazer uma pergunta semelhante das pessoas nos EUA, certo? "Por que Trump ainda não foi impedido? Por que Boris Johnson ainda é o primeiro-ministro do Reino Unido?" E a resposta a essa pergunta tem a ver, ou pode ser respondida, com a compreensão da lógica da vida cotidiana. Se você perguntar sobre a vida cotidiana dos filipinos ou americanos ou brasileiros ordinários, você vai perceber que, porque parte da lógica da vida cotidiana é a negação, de olhar para o outro lado, de apenas ser capaz de se envolver em micropolíticas que possam lhe render resultados e fazer com que você se sinta

politicamente eficaz. Questões políticas mais amplas da presidência são muito distantes para muitas pessoas. E isto é o que temos que perceber sobre estudos políticos. Que a política não se dá apenas no nível dos líderes eleitos, que muitas vezes são o tema de nossa análise. Grande parte da política acontece no nível comunitário, no nível da vida cotidiana das pessoas. E essas pessoas também têm realizações micropolíticas, que valem a pena ser comemoradas. No livro, dou muitos desses exemplos. Sobre um pescador poder conseguir um novo barco de um prefeito local, o que para nós talvez seja tão superficial, um feito mesquinho. Mas para conseguir aquele barco, este pescador teve que usar literalmente o seu capital social, usar o seu capital político, chantagear os líderes da aldeia e dizer "se você não me der o barco, eu começo um boato sobre você". Alguns diriam: "Essas são apenas as armas dos fracos". Mas para mim isso é agência política. Reconheço que posso ser criticada: "os seus limites para o entendimento da política são tão baixos. Isso é bom o suficiente?". Bem, não transformaria a sociedade, mas nos ajudaria se fossemos mais modestos e percebêssemos que para alcançar o que essas pessoas conseguem, em um contexto com poucos recursos e bens materiais... é uma grande conquista. Temos que aprender a partir dessas situações. E temos que celebrá-las. Aprendi muito teoricamente sobre a importância da escuta atenta, em termos da elaboração de políticas inclusivas, tendo uma experiência direta do que é estar em um fórum deliberativo sobre reconstrução pós-catástrofe sem que houvesse nenhuma comunidade vulnerável nessa discussão! Sei bem o que isso significa. Ser capaz de entender isso nos permite compreender o sentimento de injustiça, o sentimento de resignação que as pessoas têm contra a política. Penso que isso é importante. É a experiência multissensorial da etnografia, que nos permite compreender melhor as situações.

O problema está ligado à forma como as pessoas aprendem ciências sociais? Há falta de treinamento em abordagens interpretativas nos cursos de Ciências Sociais? É algo que os pesquisadores não têm contato o suficiente e talvez precisem entender melhor?

Eu acho que sim. Por exemplo, com as restrições do coronavírus, muitas das políticas neste contexto são desenvolvidas dentro de um círculo exclusivo de tecnocratas que

assumem que eles é quem sabem o que é bom para a sociedade. Novamente, refletindo sobre a experiência filipina, quando se diz às pessoas para ficarem em casa e lavarem as mãos, praticarem o distanciamento social – de uma perspectiva de políticas públicas, é assim que se para uma pandemia. Mas sem um etnógrafo na sala, ou sem um líder comunitário na sala, estas políticas tomam vida própria sem ganharem um questionamento sequer. E agora vemos como estas políticas falharam, quando olhamos para as comunidades em favelas na Índia e nas Filipinas. Como as pessoas podem praticar o distanciamento social nas favelas? Viver em favelas significa literalmente viver em espaços superlotados, em casas que são como caixotes. Como essas políticas públicas fazem sentido por lá? O que você quer dizer com lavar as mãos o tempo todo quando não há água corrente? Este é o problema quando as políticas são criadas de uma forma desvinculada da experiência vivida de comunidades vulneráveis. E eu acho que é isso que a etnografia traz à mesa – pelo menos ter uma noção clara do que é viver a vida de comunidades vulneráveis. É uma forma prática de se fazer políticas públicas, especialmente numa pandemia em que não se pode isolar apenas certas comunidades, que afeta o mundo inteiro. Portanto, acho que essa é uma das vantagens de ser capaz de ter *insights* etnográficos fundados na experiência vivida das pessoas, quando se fala na elaboração de políticas públicas. E isso tem que ter centralidade na forma como construímos conhecimento nas Ciências Sociais.

A última pergunta é sobre como você vê a contribuição da pesquisa brasileira para a democracia deliberativa e participativa. A pesquisa sobre o orçamento participativo, especialmente o caso de Porto Alegre, há muito é utilizada como referência sobre a expansão da prática democrática. Há outras contribuições que você possa observar além disto?

Não sou especialista em estudos brasileiros. A maneira como vejo a pesquisa, não apenas sobre democracia deliberativa, mas sobre estudos sobre democracia em geral, é que os estudiosos não estão se esquivando de se engajarem nas análises mais difíceis. Também sei, por exemplo, que há um grande esforço de conectar a economia política com a democracia deliberativa. Penso que no mundo anglófono só Jodi Dean faz isso

brilhantemente, em nível teórico. Então penso que há muito o que aprender [com a pesquisa brasileira]. Isto se estende não apenas ao Brasil, mas a outros centros de conhecimento no Sul Global, que têm muito a oferecer, especialmente na discussão sobre deliberação e populismo. A América Latina tem um rico conhecimento sobre populismo desde os anos 1970, não é mesmo? E, apenas para poder nos situar sobre como será o mundo pós-populista, acho que Ricardo Mendonça disse: "como será o mundo pós-populista? Será um mundo neoliberal? É o melhor que podemos ter?". O estímulo que vem da pesquisa brasileira tem sempre sido de tensionar as fronteiras e fazê-lo de forma complexa. E não se intimidar em trazer outras disciplinas para dar sentido à realidade social. É uma boa inspiração. É o reconhecimento de que as categorias puras são boas para se fazer somatórias lúcidas, mas nunca são suficientes para construir uma compreensão abrangente do que está acontecendo nas sociedades.

Referências bibliográficas

ASENBAUM, H. Anonymity and democracy: Absence as presence in the public sphere. *American Political Science Review*, v. 112, n. 3, p. 459-472, 2018.

BARVOSA, E. *Deliberative Democracy Now: LGBT Equality and the Emergence of Large-Scale Deliberative Systems*. Cambridge, Cambridge University Press, 2018.

CHAMBERS, S. Rhetoric and the Public Sphere: Has Deliberative Democracy Abandoned Mass Democracy? *Political Theory*, v. 37, n. 3, 323-350, 2009.

CURATO, N. *Democracy in a Time of Misery: From Spectacular Tragedy to Deliberative Action*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

CURATO, N.; HAMMOMD, M; MIM, J. B. *Power in Deliberative Democracy: Norms, Forums, Systems*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

CURATO, Nicole. A sequential analysis of democratic deliberation. *Acta politica*, 47.4: 423-442, 2012.

CURATO, N. Politics of anxiety, politics of hope: Penal populism and Duterte's rise to power. *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 35.3: 91-109, 2016.

CURATO, N. (org.) *The Duterte Reader: Critical Essays on Duterte's Early Presidency*. Ithaca, Cornell University Press, 2017a.

CURATO, N. Flirting with Authoritarian Fantasies? Rodrigo Duterte and the New Terms of Philippine Populism. *Journal of Contemporary Asia*, v. 47, n. 1, p. 142-153, 2017b.

DRYZEK, J. The Forum, the System, and the Polity: Three Varieties of Democratic Theory. *Political Theory*, v. 45, n. 5, p. 610-636, 2017.

GOODIN, R. Sequencing Deliberative Moments. *Acta Politica*, 40, p. 182-196, 2005.

HOCHSCHILD, A. *Strangers in their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. New York: New Press, 2016.

MAIA, R.C.M; HAUBER, G. The emotional dimension of reason-giving in deliberative forums. *Policy Sciences* (Online First), 2019.

NEBLO, M. Impassioned Democracy: The Roles of Emotion in Deliberative Theory. *American Political Science Review*, v. 1, n. 5, 2020.

PARKINSON, J; BÄCHTIGER, A. *Mapping and Measuring Deliberation: Towards a New Deliberative Quality*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. *Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the large scale*. Cambridge University Press. 2012.

PARRY, L.J. Don't put all your speech-acts in one basket: situating animal activism in the deliberative system. *Environmental Values*, v. 26, n. 4, p. 437-455, 2017.

RAO, V.; SANYAL, P. *Oral Democracy Deliberation in Indian Village Assemblies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ROBERTS-MILLER, P. *Demagoguery and Democracy*. New York: The Experiment, 2017.

TAMURA, T. Rethinking Grassroots Participation in Nested Deliberative Systems. *Japanese Political Science Review*, v. 2, p. 63-87, 2014.

WARREN, M. A Problem-Based Approach to Democratic Theory. *American Political Science Review*, v. 111, n. 1, p. 39-53, 2017.

Notas

Financiamento: CAPES (processo 88887.373193/2019-00); CNPq (423218/2018-2).

O Autor

Filipe Motta é doutor e mestre em Ciência Política e bacharel em Comunicação Social pela UFMG. Integra o Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça. E-mail: filipemotta1@gmail.com

Data de submissão: 30/06/2020

Data de aprovação: 23/02/2021